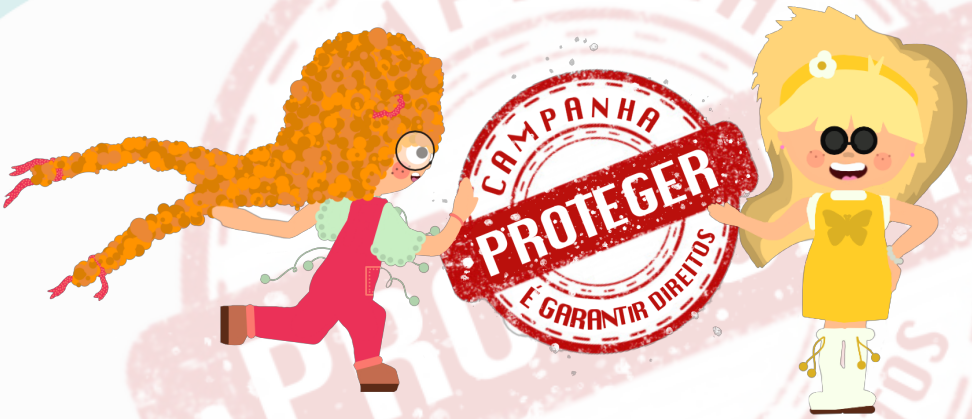

MANIFESTO EM DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL

Neste momento de avanço das forças conservadoras e reacionárias sobre os direitos que foram conquistados através das lutas sociais, o projeto político e econômico das elites brasileiras aprofunda as desigualdades sociais. Como resposta à crise econômica se vende a ideia de que a única forma de encarar o cenário seria com mais exploração, menos direitos e mais repressão. Essas medidas, entretanto, só irão piorar ainda mais a vida da maior parte da população, e comprometerão o futuro das crianças, adolescentes e jovens do nosso país.

As condições de sobrevivência dos/as trabalhadores/as e de seus/suas filhos/as vêm sendo duramente atacadas, pois com a alteração da legislação trabalhista a proteção contra a exploração se torna frágil. Assim, a população se vê tendo que concorrer por vagas de empregos cada vez mais precárias e temporárias, buscando trabalhos autônomos e em aplicativos, com aumento do tempo trabalhado por dia e com salários cada vez mais rebaixados. Além disso, parte das famílias, que contava com auxílio desemprego, aposentadorias e outros benefícios previdenciários, veem a renda familiar ameaçadas com as Contra-Reformas que estão em curso. Mas o pacote de maldades vai além disso, pois para grande parte da população o acesso ao atendimento de suas necessidades está ligado à existência de políticas públicas e estas vêm sofrendo cortes orçamentários que comprometem sua execução.

A proposta do governo apresentada ao Congresso Nacional respaldada no golpe de 2016, e na Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos por 20 anos, expressam a determinação em destruir direitos históricos inscritos na Constituição Federal de 1988. E se de um lado atacam os direitos, de outro buscam legitimar toda forma de segregação social e de repressão, que no âmbito da política da infância e juventude se expressa com a tentativa de retorno à perspectiva menorista. Trata-se de um ataque frontal ao ECA, que atinge as crianças mais pobres, em medidas como o aceleramento dos processos de destituição do poder familiar retirando as crianças de suas famílias de origem; como o internamento e isolamento de adolescentes para supostos “tratamentos” retornando à lógica manicomial; como a proposta de redução da maioridade penal; de apreensão de crianças em situação de rua e de legitimação da política de extermínio praticado nas periferias, que encarcera e mata majoritariamente meninos negros e pobres.

O que se vê é, portanto, a tentativa de retomar um Brasil do passado, onde crianças, adolescentes e jovens eram tratados ou de forma tutelar (sem que seus desejos, opiniões, interesses e vínculos sociais fossem considerados como importantes), ou como caso de polícia. É a tentativa de destruição do protagonismo infanto-juvenil e da sua condição enquanto sujeito de direitos.

E para destruir o paradigma da Proteção Integral inaugurado pelo ECA, que impõe ao Estado Brasileiro a responsabilidade de dar prioridade às Políticas Públicas voltadas à infância e juventude, os (des)governos Temer-Bolsonaro buscaram congelar o orçamento e desmontar os espaços de participação e controle democrático da sociedade, que se configuram nos Conselhos de Direitos e de Políticas, em especial o CONANDA.

Há tempos que o movimento social em defesa dos direitos de criança e adolescente vem enfrentando o desmonte dos direitos humanos, e o desafio se torna ainda maior com a eleição do atual Presidente da República que promete “rasgar o Estatuto da Criança e do Adolescente e jogar na latrina”. Uma imagem de desprezo e desrespeito para com a luta dos movimentos sociais e pela legislação em evidência.

Ao lado das propostas de destruição das políticas públicas, encontram-se ainda o ataque às bases de sustentação da vida e de qualquer racionalidade que possa se materializar em resistência. Um exemplo disso é que não assistimos apenas a erosão do SUS, mas também a liberação escandalosa de agrotóxicos que compromete a saúde das nossas crianças e jovens. Não vemos apenas o ataque das políticas à população LGBTI, mas o incentivo ao ódio e ao preconceito que patologiza e promove a violência. Não vemos apenas o comprometimento da educação pública e de qualidade, mas o cerceamento do livre pensamento com propostas de banimento das discussões de gênero em sala de aula, como o projeto “Escola sem partido”, como a perseguição aos docentes, o corte na bolsa de pesquisadores/as e o desfinanciamento nas ciências humanas. Não vemos apenas o desmonte das linhas de financiamento popular à habitação e a tentativa de acabar com as perspectivas de reforma agrária, mas a criminalização dos movimentos que lutam por moradia e pela terra, bem como o avanço da política de desocupação que afeta a vida de crianças e adolescentes que vivem com suas famílias. Não vemos apenas o desmonte da política indigenista, mas o discurso aberto contra as populações originárias e contra a natureza, patrimônio da humanidade e do futuro da vida no planeta. Políticas que escancaram as desigualdades sociais que, desde a colonização, foram sustentadas pelo racismo, machismo e pela exploração na sua dimensão mais predatória.

Por isso conclamamos todas e todos a permanecerem construindo e fortalecendo a luta unitária em defesa da educação pública, saúde, moradia, acesso à terra e ao meio ambiente, acesso à cidade, ao esporte, à cultura, arte e lazer. Contra a segregação das crianças e adolescentes do convívio com suas famílias e comunidades, contra o genocídio negro e as diversas formas de violência promovidas pelo Estado para com crianças e adolescente do campo, da cidade, das florestas e suas famílias. Pela construção de uma sociedade brasileira justa, igualitária, livre e democrática, em que a infância e a adolescência tenham o seu lugar assegurado e valorizado. Que seus direitos sejam plenamente preservados, como um conjunto integrado de garantias, conforme a Doutrina da Proteção Integral!

Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes